

DOSSIÊ BREXIT: Xeque à União Europeia e mudança para as forças revolucionárias

Fonte: [Viento Sur](#) – 25/06/2016 – Tradução: Charles Rosa

O tão esperado acontecimento da saída do Reino Unido da União pode ser entendido como uma das possíveis consequências involuntárias da consulta e das lutas táticas entre as elites e, mais particularmente aqui, das contradições no quadro da disputa pelo poder entre as forças de direita britânicas. Embora por trás dessa desintegração das peças estejam várias placas tectônicas de natureza sócio-econômica e política, que acabaram deslocando as Ilhas Britânicas do continente europeu um pouco mais do que já estavam. Ao mesmo tempo, a crise do modelo de integração fracassado, como o da União Europeia, e o evidente divórcio com a população britânica foram demonstrados, algo que poderia ser reproduzido noutros países se novas consultas fossem facilitadas.

O dia 23 de junho de 2016 ficará na história não só como a data em que o Reino Unido decidiu votar, com 51,9%, a favor da saída da UE. O dia 24 de Junho não será apenas o momento em que Cameron anunciou que, em três meses, renunciaria ao seu cargo de primeiro-ministro; será também recordado como o início de um processo de desintegração e caos político que modificou o mapa da Europa, que feriu mortalmente o desenho da União Europeia. Pode também representar o início de uma mudança nas fronteiras e nos laços de um velho império, que perde a razão para manter unido o seu Reino. Será lembrado como um cataclismo legislativo que leva a um proverbial desafio para recompor a base regulatória de um país e o retorno de várias competências. Mais preocupante ainda, é um marco fundamental para o ressurgimento de sentimentos nacionalistas e xenófobos muito antigos, orgulhosos e

reacionários, porque, infelizmente, a opção Lexit (uma saída de esquerda) foi afastada do debate público nos últimos meses.

O processo político de desvinculação

Um processo político-institucional complexo está agora se abrindo. Temos de o conhecer para podermos ter os tempos em que o curso do que está para vir irá mudar, em que há muitas coisas ainda por definir. O único precedente conhecido é a partida da Gronelândia em 1982, uma região autônoma da Dinamarca com apenas 50.000 habitantes.

O Referendo não é vinculativo. Foram abertas duas formas de o gerir. Bruxelas quer ativar o artigo 50º dos Tratados europeus, imediatamente invocado para reduzir a incerteza, enquanto o Governo britânico não quer ter tanta pressa. Mas, embora possa ser adiado, o processo de desacoplamento relativo que a sua concretização política implica não parece ser evitável. Qualquer acordo terá de ser ratificado no Conselho e no Parlamento em Estrasburgo. Os restantes 27 países têm o direito de veto para estabelecer um modelo de saída. A ratificação pelos parlamentos nacionais seguir-se-ia então, e qualquer país pode entravar o processo.

Sem dúvida que os funcionários britânicos em Whitehall vão ter de enfrentar grandes desafios. Uma série de competências anteriormente reservadas à UE, como a saúde, a segurança, os serviços financeiros ou os aspectos da política de emprego, regressam ao país; será necessário redefinir ou redigir numerosas leis para evitar lacunas na regulamentação ou na gestão das políticas. Um desafio fundamental será a negociação de novos tratados comerciais, pelo que o ministério competente ficará sobrecarregado.

Uma vez ativado o artigo 50.º, é aberto um período de negociações de dois anos, durante o qual os tratados e a legislação da UE continuarão a ser respeitados, mas o Reino Unido deixará de poder influenciar as suas alterações. Será

necessário especificar em que condições a cidade de Londres será financeiramente regulada, as tarifas a aplicar ou os direitos de circulação de pessoas dos cidadãos da UE e do Reino Unido.

Um cataclismo para a história política do Reino Unido

Cameron renunciou “en diferido” para administrar a transição em seu partido e aqueles que aspiram a suceder-lhe, possivelmente um pró-Brexit, terão uma batata muito quente.

Entre os candidatos a novo primeiro-ministro, se não houver convocação para eleições, estão Boris Johnson, ex-prefeito de Londres que liderou entre os Tories al Brexit, George Osborne, que apoiou a permanência, e candidatos do compromisso como Theresa May, ministra do Interior.

O próximo líder terá de enfrentar um partido dividido, cercado pela ascensão do UKIP de Farage. O Partido Conservador britânico pode ser esmagado pela sua direita xenófoba e populista, ou pode ser absorvido por ter de implementar as políticas que a direita mais reacionária exige.

Entretanto, na Escócia e na Irlanda do Norte, onde a votação a favor da permanência triunfou, ou em Gibraltar, poderá haver consequências de grande alcance a médio prazo. O Partido Nacionalista Escocês ativará, se os cálculos o favorecerem, uma próxima consulta, que poderá conduzir à saída da Escócia do Reino Unido e à sua reinserção na UE. E a Irlanda e a Irlanda do Norte poderiam testemunhar movimentos políticos novos e reforçados para alcançar a reunificação.

As razões para um Reino Unido estão esgotadas. O velho império que anexou vários povos e conseguiu sustentá-los por sua atitude hegemônica para com o resto do mundo e por sua repressão interna, parece muito ruim em dar-lhes razões para manter os irlandeses ou escoceses sob a Coroa Britânica, uma das instituições mais poderosas econômica e politicamente do mundo.

As possíveis repercussões econômicas

Os mercados financeiros ultrapassaram as expectativas, caindo mais de 15%. O alarme soa sobre as potenciais repercussões econômicas. Estas concretizar-se-ão, mas, para além do histrionismo a curto prazo dos mercados financeiros, não terão um alcance mais vasto. Pelo menos não por esta razão. Não esqueçamos que estamos a atravessar uma crise global que raramente atravessamos, e esse é o problema. A libra esterlina vai desvalorizar, já o está a fazer em cerca de 10% em comparação com outras moedas importantes. Poderá em breve fazê-lo até 20%, embora a médio prazo venha a ser parcialmente restaurado. Perdeu parte de seu apelo como moeda porto seguro, mas a economia britânica é poderosa, com a principal indústria financeira e um sólido aparato produtivo, com influência comercial em vários espaços económicos internacionais. Não só no norte da UE (Dinamarca, Holanda, Alemanha, Irlanda, etc.), mas também nos EUA e na Commonwealth. Não é nem um país isolado nem um país fraco. E ainda pode jogar os seus pontos fortes como um grande centro financeiro. Mas o perigo é que caia na tentação de fazer um jogo arriscado: uma corrida de desvalorização competitiva.

No curto prazo, alguns setores serão afetados porque a vantagem da indústria financeira, que lhe proporciona excedentes de rendas, para poder lidar com suas transações internacionais, pode ser prejudicada durante um período pela deterioração da libra e pela retração do investidor internacional. Assim, enquanto algumas dúvidas permanecerem, pode haver um impacto recessivo no Reino Unido.

Como sempre, a incerteza afeta a histeria das rentistas, mas parece que os bancos centrais europeus, suíços ou japoneses fornecerão nova liquidez para trazer estabilidade aos mercados financeiros. Se a crise persistir, como dizemos, será mais o resultado da decadência do capitalismo do que desta reorganização económico-comercial.

A dissociação formal da Grã-Bretanha em relação à UE é relativamente simples, dentro da sua complexidade regulamentar. Será mais difícil chegar a acordo sobre uma nova relação comercial, estabelecendo quais os direitos aduaneiros e outras barreiras à entrada autorizadas, e colocar-se de acordo em obrigações como a livre circulação. Tal processo pode levar pelo menos cinco anos.

A escolha pelo efeito é estabelecer o comércio com a UE ao abrigo das regras da Organização Mundial do Comércio, como os Estados Unidos, a China ou qualquer outro país. Considera-se que os produtos britânicos enfrentariam a possível desvantagem de ter que enfrentar tarifas de 10% sobre suas exportações. Mas o mais presumível é que o Reino Unido procure um estatuto comparável ao da Noruega, que é membro do Espaço Económico Europeu (EEE), em troca do qual é obrigado a contribuir para o orçamento da UE e permitir a livre circulação de pessoas. No entanto, existem outras opções, como as oferecidas pelo caso suíço ou turco. Mas note-se que qualquer acordo comercial leva muitos anos para ser alcançado.

Talvez um estatuto como o da Noruega fosse uma base insuficiente para as aspirações britânicas. Resta saber se o Reino Unido quer analisar a TTIP ou se opta por esperar que Trump chegue à Casa Branca e fazer migalhas com ele. Os Conservadores britânicos sabem que, se Trump ganhasse a Casa Branca, faria do Reino Unido uma prioridade, exatamente o oposto do que a China ou o Canadá fariam.

A atratividade financeira do Reino Unido vai ser manchada porque o capital que ali procurou o seu refúgio e um bom negócio de rendas teriam de subtrair aos seus cálculos os benefícios indiretos do acesso ao mercado único europeu.

Um novo mapa político e geoestratégico

Enquanto o Reino Unido aspira a recuperar seu hegemonismo passado, embora possa acabar caindo nos braços de um dos

blocos econômicos em ascensão, seu mapa interno, como indicamos, também pode ser alterado. Escusado será dizer que esta experiência dará mais razões para aqueles que procuram a restauração de refúgios nacionais e exaltará velhos preconceitos patrióticos.

A União Europeia é atravessada por diferentes movimentos contraditórios. Enquanto se consagra uma União intergovernamental com múltiplos acordos fora dos Tratados europeus, em que relações assimétricas dão cada vez mais poder à Alemanha, a Comissão Europeia insiste em colocar em cima da mesa um novo projeto federalista, tecnocrático, intervencionista e, simultaneamente, neoliberal, como é a ideia avançada no relatório dos cinco presidentes. No entanto, o protagonista da tomada de decisões está no Conselho, e o impasse político é mais do que evidente. Quase tudo requer unanimidade.

É por isso que o monstro da União Europeia está sendo esclerosado. Ao mesmo tempo, uma multidão de acordos e instrumentos econômicos tem crescido em torno dela entre grupos de países que, debaixo do tapete e de uma maneira bastante sinistra, podem estar lançando as bases para futuros acordos que tornam obsoleta a institucionalidade existente. Este processo “constituente” está sendo desenvolvido pelas elites, enquanto as classes populares se estabelecem entre o ceticismo, o tédio ou a ingenuidade em relação ao que se está a tornar supranacional, um debate mal formado e maduro entre as maiorias sociais e completamente colocado numa urna no quadro das instituições europeias.

As tentações, portanto, podem estar inclinadas para a formação de uma Europa a várias velocidades, ou para a desintegração limitada no tempo do projeto, graças à ascensão da extrema-direita e ao populismo nacionalista reacionário. Estes já demonstraram os seus dentes na Áustria, França ou Holanda, sem parar em muitos dos países da Europa Oriental.

Um novo internacionalismo e uma estratégia de recomposição para outra Europa

Neste contexto, deve notar-se que as forças políticas transformadoras foram apanhadas no contrapé. Foi escolhida para acumular forças que defendem uma ideia de Europa que, sem dúvida, não existe e que é totalmente contrária àquilo que as Instituições europeias promovem. As instituições europeias fazem as classes trabalhadoras competir entre si e desvalorizar as suas condições de existência e direitos, ao mesmo tempo que abrem as portas ao capital e à sua mobilidade predatória, com políticas que estabelecem a ditadura da finança e promovem uma indústria ecologicamente insustentável.

Creio que é justo insistir na necessidade de construir modelos supranacionais de solidariedade e democracia que articulem os diferentes povos num esquema cooperativo. Penso que, eventualmente, algumas ideias que possam advir do projeto da UE poderiam ser tidas em conta, como o método comunitário ou algumas práticas institucionais que poderiam ter dinamizado a cooperação. Mas há que dizer que, como projeto no seu conjunto, se baseia em dar asas e apoio ao capital transnacional e à banca privada da Europa Central contra o mundo do trabalho e os direitos dos povos.

De tal forma que, embora seja compreensível que se defenda um modelo europeísta, é de notar que tal esquema não se enquadra na institucionalidade da União Europeia.

Algumas esquerdas defendem a acumulação de legitimidade, razões e governos que se fazem sentir no Conselho. Importa recordar que os tratados fundamentais exigem unanimidade. Entranha uma blindagem escudo do modelo atual. Esta via só pode ser percorrida se tivermos consciência de que qualquer mudança na UE não será conseguida através da via processualmente estabelecida. Vai exigir uma grande comoção política, externa ao seu carácter blindado e esclerosado. Assim, a opção de permanência crítica deve também prever algum

exercício de desobediência e ruptura concertada entre vários países.

No outro pólo há aqueles que queriam insistir na saída unilateral para se rearmar com velhos instrumentos econômicos keynesianos. Mas esta opção, isoladamente, preparará muito mal para os desafios que se avizinham. Porque o campo de jogo global exige amplos espaços econômicos e uma institucionalidade democrática e políticas supranacionais e não apenas políticas econômicas nacionais.

No caso britânico, muito poucos optaram pelo seguinte caminho: a dissociação para reconstruir as relações com os que podem e com as políticas e instituições necessárias à construção de um espaço socioeconômico e político supranacional que, em seguida, estabeleceria acordos comerciais justos e regulados, políticas conjuntas de investimento público, políticas de convergência real, o que implica redistribuições, uma política monetária delineada com outro banco central e outros critérios, e a definição de um modelo produtivo e uma distribuição internacional de trabalho complementar entre equivalentes. Para o Reino Unido, devido à sua capacidade e potencial, esta era uma opção. Embora, é verdade, a ausência de debate e de maturidade deste tipo de orientação tenha tornado o desafio muito difícil, dado o retrocesso da sociedade britânica neste domínio.

No caso das periferias europeias, a dissociação dificilmente poderia ser considerada imediatamente. Mas há outras opções. A opção de desobedecer ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, avançar no controle dos movimentos de capitais e na regulação do sistema financeiro, ao mesmo tempo em que abriria as armas a outros países ou regiões para uma estratégia cooperativa em extensão, daria tempo, enquanto a contraparte reage, para preparar as melhores condições e instituições, em caso de expulsão, para poder enfrentar um período excepcional, e para criar as condições de desenvolvimento endógeno e supranacional necessárias para construir um espaço internacional

socioeconômico e político favorável às classes trabalhadoras e populares.